

Educação Tecnológica, Saúde e Trabalho: Notas teóricas a partir de Gramsci

*Technological Education, Health and
work: Theoretical notes from Gramsci*

Alexandre de Carvalho Castro, Luís Henrique da Costa Leão

Resumo

Este artigo faz uma análise teórica de propostas de Gramsci para a Educação, relacionando-as com a educação técnica desenvolvida no Brasil, considerando as questões relativas à interface saúde e trabalho. Trata-se de um ensaio teórico sobre as proposições desse pensador italiano em sua análise crítica da realidade social e seu envolvimento na luta dos trabalhadores por melhores condições de vida e saúde. É abordada a sua influência no movimento operário italiano e na emergência da saúde do trabalhador no Brasil, no interior do campo da Saúde Coletiva. São expostos também conceitos Gramscianos, como a importância da contradição para a análise dialética da realidade, seus pressupostos filosóficos, particularmente sua noção de Filosofia da Práxis, a ideia de intelectual orgânico e da produção social do conhecimento dentro da perspectiva de guerra de posição. Ressalta-se a relevância desses conceitos para uma educação tecnológica voltada para a transformação da realidade da classe trabalhadora.

Palavras-chave

Educação Tecnológica; saúde do trabalhador; saúde coletiva.

Abstract

The paper consists in a theoretical analysis about Gramsci's proposals to Education, linking them to technical education in Brazil, considering issues from the interface among health and work. It's a conceptual essay about that Italian thinker in his critical analysis from social reality and his involvement into worker's struggle for better living conditions and health. It's text deals Gramsci influence in Italian movement worker's and in the birth of worker's health in Brazil, inner collective health field. Also it's to presents concepts from Gramsci, like the matter of contradiction to analyses dialectic of reality, his philosophical roots, especially his notion of Praxis Philosophy, idea of organic intellectual and the social production knowledge within the perspective of position war. To finish it's point out the relevance of these concepts for technological education aimed to changing the working class conditions.

Keywords

Technological education; worker's health; public health.

**Alexandre de
Carvalho Castro**
Centro Federal de
Educação Tecnológica
Celso Suckow da Fonseca
(CEFET/RJ)

Professor permanente dos
Programas de Pós-Graduação
em Tecnologia e em Relações
Etnicorraciais do CEFET-RJ.
Doutor em Psicologia Social pela
Universidade do Estado do Rio
de Janeiro (UERJ).

o.aken@uol.com.br

**Luís Henrique da
Costa Leão**
Universidade Federal de
Mato Grosso (UFMT) e
Escola Nacional de Saúde
Pública Sérgio Arouca
(ENSP/Fiocruz).

Professor assistente I da
Universidade Federal de Mato
Grosso (UFMT) e doutorando
em Saúde Pública pela Escola
Nacional de Saúde Pública
Sérgio Arouca (ENSP/FIOCRUZ).

luis_leao@hotmail.com

Introdução

O objetivo deste artigo é analisar algumas propostas de Gramsci para a Educação, a fim de relacioná-las com a educação técnica desenvolvida no Brasil considerando as questões relativas à interface saúde e trabalho. A relevância de tal perspectiva decorre da necessidade crescente de uma formação interdisciplinar no âmbito da pesquisa e do ensino tecnológico. Estudos recorrentes, realizados no Brasil, voltados para a formação de recursos humanos na área tecnológica, indicam, desde os anos 80, a necessidade de mudanças nas instituições tecnológicas de ensino e pesquisa, visando preparar profissionais conscientes da inter-relação entre a cultura humanística e a científica-tecnológica (OLIVEIRA, 1996; NOSELLA, 2005). De fato, uma série de fatores adensam essa tendência, que pode ser vista mais recentemente até na elegibilidade de editais de agências de fomento (Capes, Cnpq, Faperj, etc), por apontarem o caráter interdisciplinar das propostas como critério de avaliação. Realmente, a formação de recursos humanos no âmbito tecnológico deve ser ampla, sob a égide da politecnia, que reconhece a multiplicidade das formas de conhecimento, ou seja, alude aos fundamentos científicos das múltiplas técnicas que caracterizam a produção moderna (SAVIANI, 2007). Nesse sentido, há de se ressaltar ainda, no campo da educação tecnológica, a diferença entre polivalência e politecnia, conceitos que eventualmente são empregados de modo equivocado.

A noção de polivalência é pródiga em contextos que acentuam a substituição do modelo taylorista-fordista (caracterizado pela rigidez organizacional do homem certo no lugar certo) pelo modelo toyotista, marcado por formas flexíveis de produção, onde é esperada do trabalhador a plena capacidade operacional, ainda que em funções diferentes. A educação politécnica, por sua vez, caracteriza-se, não por uma polivalência laboral, mas pelo domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas utilizadas, onde o fundamental é historicizar o ensino — todos os fundamentos e técnicas — inserindo o conhecimento técnico no curso do desenvolvimento das sociedades, o que permitirá uma compreensão crítica de seu efetivo significado (SAVIANI, 2009).

Essa perspectiva aponta para uma alternativa à velha escola tradicional, voltada exclusivamente para a necessidade socialmente determinada de formar a elite dirigente. Aliás, nos últimos anos a partir dos debates em torno das teorias críticas da educação, há a um intensificado esforço dos educadores brasileiros na definição de uma proposta de educação tecnológica que responda às demandas sociais na fase de desenvolvimento que a sociedade atravessa (KUENZER, 1992).

Dessa forma, frente a essas demandas sociais, profundamente marcadas pela subjetividade cotidiana, é que o presente artigo busca como referencial teórico-metodológico as proposições de Antonio Gramsci, pensador italiano intensamente comprometido com uma análise crítica da realidade social, incluindo a luta dos trabalhadores por melhores condições de vida e saúde.

Neste texto será abordada a influência de Gramsci no movimento operário italiano e na emergência da área da saúde do trabalhador no Brasil, no contexto do campo da Saúde Coletiva. Em seguida, serão expostos aspectos de seu pensamento, como a importância da contradição para a análise dialética da realidade, alguns de seus pressupostos filosóficos, com ênfase especial para seu conceito de Filosofia da Práxis, a ideia do intelectual orgânico e, por fim, a produção social do conhecimento dentro da perspectiva de guerra de posição.

O pensamento de Gramsci e o campo das relações saúde-trabalho

Militante político e depois Secretário Geral do Partido Comunista Italiano, Gramsci passou cerca de dez anos nos cárceres de Mussolini. Daí o caráter fragmentário de sua obra, que não se apresenta no quadro de um sistema, mas como uma série de reflexões informadas pela intenção profunda de fidelidade ao pensamento de Karl Marx. Em nome dessa fidelidade, inclusive, é que Gramsci desenvolve profundas críticas a alguns outros teóricos do marxismo, pois diante da influência de Lenin, e depois de Stalin, sobre a teoria marxista dos anos 20 e 30, é notável que o pensador italiano tenha sido capaz de elaborar uma poderosa captura e reinterpretação de Marx, que difere profundamente do pensamento leninista e stalinista (CARNOY, 1990).

A obra de Gramsci testemunha efetivamente sua ruptura diante das teorias oficializadas pelo Stalinismo no plano comunista internacional. De igual modo, também se opõe às críticas especulativas de Benedetto Croce, críticas estas dirigidas contra o marxismo dentro da Itália numa época em que as forças fascistas cresciam espantosamente. Croce, “o mestre do pensamento dos intelectuais burgueses” (PORTELLI, 1984, p.17), é combatido na medida em que representa o nível mais elaborado da ideologia dominante. Em Gramsci, a figura do líder político e do filósofo se fundem em uma só pessoa, cuja ação no seio da classe operária e cujas idéias a serviço da ascensão da mesma classe, incomodaram sobremaneira a classe dirigente.

Uma de suas principais influências, como militante, foi a criação do Partido Comunista Italiano que contribuiu imensamente com a luta dos trabalhadores por melhores condições de trabalho.

Conhecido internacionalmente, o movimento operário italiano foi extremamente significativo para o redirecionamento do debate sobre as relações saúde e trabalho, não apenas na Itália, visto que práticas e instrumentos criados em seu contexto vigoram em diversos lugares do mundo, a exemplo do mapa de riscos. Sua emergência e desenvolvimento possui influência direta do pensamento e das ações de Gramsci.

Ora, o pensamento marxista de Gramsci foi determinante para os partidos comunistas ao redor do mundo, em especial o Partido Comunista Italiano, um dos principais esteios do movimento operário na Itália, responsável por introduzir o tema da saúde como prioridade nas relações de trabalho (PAIVA; VASCONCELLOS, 2011).

Gramsci acreditava na tomada de consciência das massas e no seu papel na criação de um novo Estado. Afinal, para Gramsci o Estado mantém a hegemonia da classe dominante, na medida em que esta exerce a dominação pelo controle dos aparelhos coercitivos do Estado. “Estado é o complexo de atividades práticas e teóricas com o qual a classe dominante não somente justifica e mantém a dominação como procura conquistar o consentimento ativo daqueles que sobre os quais ela governa” (GRAMSCI, 1971, p. 244).

Assim, ele contribuiu na organização dos conselhos de fábrica, criados e geridos dentro dos próprios locais de produção, como forma de participação dos trabalhadores, discussão e decisão sobre as relações de trabalho.

Esses conselhos foram responsáveis por incentivar uma cultura participativa e combativa, muito importante para a construção de um dos princípios centrais do modelo operário italiano, a valorização do saber operário (PAIVA; VASCONCELLOS, 2011).

Esse movimento operário opôs-se ao “absolutismo” dos critérios objetivos de avaliação das nocividades dos ambientes de trabalho, ressaltando a subjetividade e a experiência operária como instrumento básico para o controle das nocividades e elemento essencial na transformação das condições de trabalho (ALONSO, 2007).

O modelo operário desenvolvido por essas iniciativas, na década de 1960, sob o lema de que saúde não se vende, se expandiu, de forma que alguns de seus conceitos e instrumentos foram integrados a códigos jurídicos de diversos países (ALONSO, 2007).

Seus princípios mais conhecidos são a valorização saber operário, a não delegação da saúde ao Estado e aos profissionais e técnicos de saúde, o estabelecimento de grupos homogêneos de risco e a validação consensual.

As experiências italianas também foram importantes para construção de ações em saúde do trabalhador no Brasil, que, para além da percepção do risco e da nocividade, integrou a participação dos trabalhadores e seu papel de sujeito transformador da realidade, como componente fundamental de todas as ações seja de promoção, vigilância ou gestão e planejamento, com respaldos na legislação, determinados pelo princípio do controle social.

O campo das relações saúde-trabalho compreende diversas abordagens teóricas, orientações metodológicas, disciplinas científicas, instrumentos e técnicas. Medicina do Trabalho, Psicologia do trabalho, Higiene Industrial, Ergonomia, entre outras tantas áreas, o compõe. Em geral, as concepções hegemônicas da medicina do trabalho e da saúde ocupacional estão ancoradas em noções de causa e efeito alicerçadas em modelos de compreensão mono ou multicausais que relacionam doença ocupacional a um agente ou a fatores de risco dos ambientes de trabalho.

A saúde do trabalhador, como uma perspectiva do campo da saúde coletiva, supera essas noções e considera o trabalhador como sujeito ativo nos processos, baseando-se na compreensão da saúde como direito e vinculando-se, como campo institucional, aos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS). Isso porque, a saúde do trabalhador, se constituiu como um movimento acadêmico e institucional no campo da saúde coletiva, iniciado nas décadas de 1970/80, sob a influência da epidemiologia social latino-americana e do movimento social de luta por saúde no Brasil, que trouxeram novos referenciais para a compreensão do processo saúde-doença e contribuíram para novas práticas de intervenção nos processos de trabalho (VILELA, 2002).

Essas especificidades decorrem das características históricas e epistemológicas do próprio campo da Saúde Coletiva. Segundo Montagner (2008), a Saúde Coletiva nasce sob a impulsão de um conjunto de forças sociais de influência que podem ser distinguidos em categorias centrais: os movimentos sociais e mudanças históricas das sociedades; a ideologia, ou seja, políticas públicas e organização das profissões; e epistemológica, que se refere ao *corpus* de conhecimentos e instrumentos técnicos do campo.

Poderíamos afirmar que a saúde coletiva constitui-se como um *corpus* em relação à medicina em geral e ao modelo biomédico, contando com uma ideologia comum, um arsenal delimitado no referencial epidemiológico, no planejamento em saúde e no instrumental das ciências sociais aliados à herança dos conhecimentos da medicina preventiva e da saúde pública. Esse *corpus* representa um campo interdisciplinar em disputa constante com outros atores e instituições da área médica pela definição legítima de seu objeto científico (MONTAGNER, 2008, p. 204).

Esse campo de conhecimentos possui como eixos principais a epidemiologia, o planejamento e gestão em saúde e as ciências humanas e

sociais. Daí a saúde do trabalhador ser um campo de conhecimentos e práticas múltiplo, envolvendo estudos quantitativos e qualitativos.

Abriga uma diversidade de perspectivas metodológicas e instrumentos que formam uma ação heterogênea e plural. Leva em conta dos diferentes níveis de análise da relação saúde-trabalho, por meio de modalidades e instrumentos de intervenção interdisciplinares, contemplando desde análises toxicológicas, por exemplo, a processos de negociação coletiva, considerando aspectos técnicos, sociais, epidemiológicos e humanos dos processos, organizações e atividades de trabalho. Abrangem análises de território, percepção de risco, pesquisa-ação e investigações sobre a dimensão psicossocial dos trabalhadores.

E, como uma componente do campo da saúde coletiva, a saúde do trabalhador preconiza intervenções na relação saúde-trabalho a partir de articulações intersetoriais, ações interinstitucionais, multidisciplinares, com participação ativa da classe trabalhadora em qualquer etapa de análise-intervenção.

Essa ênfase na participação dos trabalhadores decorre, dentre outras coisas, das influências das concepções marxistas e do movimento dos trabalhadores. Vale dizer, inclusive, que inicialmente o campo da saúde coletiva, epistemologicamente, baseou-se no modelo estrutural-marxista, caracterizado pelo discurso científico macro-sociológico e generalista (MONTAGNER, 2008).

A matriz teórico-conceitual da saúde do trabalhador, enquanto área de conhecimento, possui vinculações com o materialismo dialético, na medida em que considera o conceito de processo de trabalho como categoria central e o compromisso com a transformação dos contextos de trabalho e proposição de melhorias para a classe dos trabalhadores.

Essa área de conhecimento, portanto, surge e se desenvolve com forte influência do processo desencadeado na Itália, na década de 1960, onde a mobilização da classe trabalhadora vinculou o tema da exploração à doença e da ação coletiva à saúde, impulsionado pelo pensamento de Gramsci (PAIVA; VASCONCELLOS, 2011).

De seu pensamento, será exposto a seguir a sua Filosofia da Práxis, a noção de intelectual orgânico e a Guerra de Posição visando discutir questões relativas à educação técnica no Brasil no contexto das relações saúde e trabalho.

Contradição e Concepção Dialética em Gramsci

A concepção dialética de Gramsci (1966) está intimamente relacionada com sua “Filosofia da Práxis” (forma como se refere ao marxismo). Por esse motivo, na busca de uma clareza maior nesta argumentação, a análise da categoria da contradição precederá a da filosofia de Gramsci. Mas, sabendo-se de antemão que as duas coisas estão profundamente imbricadas.

No campo de estudos que privilegia a inflexão gramsciniana, há aqueles que defendem a idéia de focar analiticamente a contradição presente na educação brasileira, para, com isso, desenvolver uma política educacional voltada para a luta contra-hegemônica, no contexto das relações de trabalho na sociedade (RODRIGUES; REIS, 2011). A intenção aqui é menos ousada, não chegando à configuração de um projeto político educacional, mas apenas à configuração de algumas notas.

O estado da questão nesse âmbito de estudos tem sido definido de modo claro (COREICHA, 2010). Nesse quadro, a tese de doutoramento de

Carlos Roberto Jamil Cury — defendida em 1979, e publicada como o artigo *Educação e contradição: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo* na revista “Em aberto”, em 1984; e depois sob forma de livro, com a primeira edição em 1985 — vai ser considerada paradigmática.

Cury (1985) procura explicitar que essa metodologia dialética, que privilegia a categoria da contradição, é conhecida no interior de uma teoria geral da realidade expressa na filosofia da práxis. Assim, vislumbrar o real como contraditório implica fornecer armas teóricas ao movimento de superação do *status quo* instituído. A ocultação desse caráter de contradição, por outro lado, possibilita a justificação teórica do existente.

A análise dialética da realidade enquanto consciência da contradição existente no real favorece, portanto, a superação dos seguintes obstáculos epistemológicos que não consideram tal contradição como princípio explicativo do real: O reducionismo, a metafísica, o pessimismo e a neutralidade.

O reducionismo

Ora, se a realidade da contradição é dialética e dinâmica, a sua compreensão também deve ser dinâmica, para não implicar o reducionismo. A contradição como categoria de análise da realidade não se constitui num conceito que dá conta do real em sua total abrangência para todo o sempre, em todo e qualquer momento da mesma forma. Se assim fosse, estaria instaurado o domínio reducionista.

Para tanto, é preciso perceber que a exclusão do movimento contraditório escamoteia a conceituação do objeto, já que a contradição que habita o objeto e o define como tal é relegada ao segundo plano:

Uma visão dialética do homem e de seu mundo histórico-social implica conceber os dois termos da contradição (indivíduo-sociedade) de modo a rejeitar tanto a concepção que uniteraliza a adaptação do indivíduo à realidade do *status quo*, como a que propõe a realidade como um dado estático (CURY, 1985, p.13).

Os riscos do reducionismo, entretanto, estão sempre presentes. Isso porque a contradição pode não transparecer no real e nem na concepção do real, pois as situações específicas de cada época podem transformar a capacidade de dissimulação e ocultação de uma realidade. Dessa forma, em que pesem os esforços das classes dominantes, a contradição se introduz também em seu interior porque as relações entre as classes se dão num processo histórico e dialético de subordinação.

A metafísica

A categoria da contradição é o substrato básico de uma metodologia dialética. Ela é o momento conceitual explicativo mais amplo, uma vez que reflete ao movimento mais originário do real. A contradição é o próprio mote interno do desenvolvimento. Conceber dada metodologia sem a contradição é praticamente incidir num modo metafísico de compreender a própria realidade.

Tal compreensão metafísica consiste em um obstáculo epistemológico ao conhecimento, pois de acordo com o ponto de vista da história das sociedades, negar a contradição no movimento histórico é falsear o real, apresentando-o como idêntico, permanente e a-histórico.

Ao se retirar “a contradição” de uma teoria, passa-se a apresentá-la dentro de um real que se desdobra de modo linear e mecânico. A

racionalidade do real - no seu todo subjetivo/objetivo - se acha no movimento contraditório dos fenômenos pelo qual esses são provisórios e superáveis. A contradição é sinal de que a teoria que a assume supera as lacunas epistemológicas impostas pela metafísica.

Assim, a contradição não deve ser apenas entendida como categoria interpretativa do real, mas também como sendo ela própria existente no movimento do real, como motor interno do movimento, já que se refere ao curso do desenvolvimento da realidade. Desenvolvimento esse que sempre expressa uma relação de conflito no devir do real.

O pessimismo

A análise dialética também descarta a opção pelo pessimismo. Tendo em vista que a contradição é destruidora, mas também criadora, já que se obriga à superação, pois a contradição é insuportável. Os fenômenos contrários em luta e movimento buscam a superação da contradição, superando-se a si próprios. A possibilidade de algo melhor, portanto, sempre existe.

Para a análise dialética, a realidade não é apenas o já-sido, embora ela possa no seu estar-sendo incorporar muitos elementos do sido. Ela também não é apenas o ainda-não. A realidade, no movimento que lhe é próprio, é exatamente a tensão dialética sempre superável do já-sido e do ainda-não no sendo (CURY, 1985). E é justamente essa tensão entre o já-sido e ainda-não que possibilita a implantação do novo e a superação do pessimismo. A contradição, dessa forma, possibilita uma concepção da realidade como sendo o resultado de uma inadequação entre o que é e o que ainda não é numa síntese contraditória.

A neutralidade

Outro obstáculo epistemológico claramente superado pela análise dialética é a chamada neutralidade. O conhecimento “neutro” se torna impossível a partir do instante em que a contradição se torna uma categoria explicativa da realidade. A reflexão sobre o real não pode ser “neutra” no momento em que o homem descobre as contradições existentes no real.

Para Gramsci, “o erro do intelectual consiste em acreditar que se possa saber sem compreender e, principalmente, sem sentir e estar apaixonado” (GRAMSCI, 1966, p.139). Essa consideração implica em um apego não só ao saber em si, mas também ao objeto do saber. Conseqüentemente, a análise gramsciana considera como inconcebível o “conhecimento” destituído do conhecimento das paixões elementares do povo.

Pressupostos Filosóficos

Em seu livro *Concepção Dialética da História* (GRAMSCI, 1966), depois de apresentar alguns pontos preliminares de referência, onde considera que todo homem é capaz de fazer filosofia, o autor defende a ideia de que a concepção do mundo mais eficaz é aquela que resulta da atividade real de cada um. Ou seja, a concepção que se encontra implícita na ação humana.

Quando aborda problemas de filosofia e história, Gramsci identifica a filosofia de uma época histórica como sendo a ‘história’¹ desta mesma época. Nesse sentido, história e filosofia formam um só bloco, um bloco histórico que integra na totalidade a estrutura econômica e as

1

‘História’ como norma de ação resultante de uma combinação das concepções de mundo anteriores.

superestruturas ideológicas.² Assim, Gramsci consegue escapar tanto do idealismo quanto do materialismo mecanicista herdado do positivismo. A história é simplesmente a práxis humana, ou seja, a resultante concreta da reflexão do homem que se exerce a partir das necessidades de aperfeiçoamento da organização do mundo. Segundo Souza (1996, p.11), “Gramsci busca afirmar a importância do sujeito ativo da história em uma relação meio/fim”. O que implica em dizer que o desenrolar da história passa a ser influenciado pelas ações concretas das distintas classes sociais.

A sua noção de filosofia criadora opõe-se igualmente a qualquer cristalização ideológica e inscreve-se numa perspectiva marxista dinâmica. Com efeito, perguntando-se se a filosofia cria o mundo exterior, Gramsci começa por colocar o problema de uma maneira historicista, situando na base da filosofia uma vontade racional que se realiza enquanto corresponde às necessidades objetivas históricas. E o conceito de criatividade já presente na filosofia clássica alemã, arrancado de sua perspectiva idealista, gera, na filosofia da práxis, um pensamento criador que assume a concepção do mundo difuso na multidão, a racionaliza, a historiciza e converte-se em norma ativa de conduta.

A filosofia da práxis aparece como sendo uma das preocupações mais importantes do autor. Gramsci sublinha a importância das questões de método em relação aos escritos de Marx. Tal inclinação é seguida posteriormente por Louis Althusser, outro estudioso igualmente trabalhado pela volta às fontes genuínas do marxismo (CARNOY, 1990). Frente às deturpações de Plekhanov, a obra do autor de a *Concepção Dialética da História*, contribui pela renovação da exegese marxista. E Gramsci dedica bom espaço de texto para criticar o *Manual Popular de Sociologia Marxista*, publicado por Bukharin, em 1921. Seu objetivo é denunciar o que chama de materialismo vulgar em que foi reduzida a filosofia da práxis.

Quanto ao pensamento de seu conterrâneo, Benedetto Croce, este sofre os mesmos ataques gramscianos, já que representa o perigo oposto e não menos grave: a fragmentação do marxismo como concepção unitária do mundo, em que certos elementos poderiam ser assimilados pelo idealismo. O marxista denuncia o caráter especulativo da crítica de seu rival sem todavia deixar de reconhecer a utilidade de sua reação frente ao economismo e ao mecanicismo fatalistas de certos pseudomarxistas.

Para Cury (1985), a linha gramsciana permite uma leitura mais aproximada da realidade, pois as conceituações da filosofia da práxis valorizam determinadas categorias — como, por exemplo, a contradição — que não são valorizadas em algumas outras conceituações e, por seu maior grau de abrangência, permitem uma leitura mais compreensiva do real. Dessa forma, evidencia-se a lógica fundamental do capitalismo: suas relações sociais contraditórias no contexto da apropriação do excedente econômico e da luta de classes, latente ou manifesta.

Com a filosofia da práxis, o homem aparece como outro tema de reflexão fundamental. Gramsci procura defini-lo como um processo, o processo de seus atos, levando em consideração o contexto de sua atualidade. Interessa-se pelo homem de hoje, nas condições de hoje, da vida de hoje, e não de uma vida qualquer ou de um homem qualquer. Desse modo, encontra-se em Gramsci o respeito ao funcionamento da liberdade individual, liberdade esta também criadora. Essa liberdade deve, porém, inserir-se no conjunto das relações humanas que determinam os processos dos atos humanos, da práxis humana. E os contatos do homem entre si não podem, afirma Gramsci, se realizar por justaposição, mas sim ‘organicamente’, na medida em que o indivíduo passa a fazer parte de organismos, dos mais simples aos mais complexos.

Löwy (1996, p.136) procura sintetizar toda essa perspectiva da filosofia da práxis de Gramsci em dois pontos básicos: o primeiro: a filosofia da

2

Havendo, portanto, uma relação dialética entre ‘base’ e ‘superestrutura’.

práxis é a teoria das contradições e por isso supera as ideologias que procuram conciliar os diversos interesses opostos; o segundo: a filosofia da práxis não é o instrumento de grupos dominantes, o que implicaria em ocultação da verdade, mas a expressão das classes subalternas que tem necessidade de conhecer todas as verdades, pois apenas a verdade é revolucionária.

A Função do Intelectual

Em *Os intelectuais e a formação da cultura* (GRAMSCI, 1991), uma de suas obras mais importantes, Gramsci desenvolve a concepção do que seria a educação numa perspectiva marxista. Segundo ele, cada grupo social cria para si 'de um modo orgânico', camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função. Assim, ao lado do intelectual tradicional, há o orgânico.

Gramsci assinala, entretanto, que a massa dos camponeses — importante função produtiva — muitas vezes não tem seus intelectuais orgânicos. Em sua época, o problema estava concentrado na estrutura de ensino, pois havia uma escola profissional destinada à classe instrumental, e outra — a clássica — orientada para as classes dominantes. Para ele, a crise da organização escolar era um aspecto da crise orgânica.

Ora, se cabe ao intelectual homogeneizar a classe e levá-la à consciência histórica, é preciso reformular então a estrutura do ensino. É preciso criar condições para a formação de intelectuais orgânicos entre as camadas populares, entre as classes proletárias. A função desse intelectual seria a de transformar uma classe em-si em uma classe para-si.

Sua defesa da escola unitária — de uma organização educacional que ligue organicamente a formação humanista concreta e a atividade prática — tem seu ponto de partida na crítica radical à tradicional divisão entre escolas humanistas e escolas técnicas. Para Gramsci, a solução estaria em uma escola única que equilibrasse o desenvolvimento da capacidade técnica e o intelectual.

A proposta teórica de Gramsci — a de uma escola unitária — incorporaria duas vertentes principais: Tanto a participação do Estado³ quanto as novas relações entre trabalho intelectual e industrial.

A Produção Social do Conhecimento como Guerra de Posição

Gramsci ampliou os conceitos marxistas de Superestrutura e Hegemonia a fim de utilizá-los como temas centrais de sua análise sobre a educação no contexto capitalista. Se a noção de hegemonia aponta para a predominância das crenças e valores burgueses do ponto de vista ideológico, a superestrutura indica a expressão política do conjunto total das relações culturais e ideológicas relacionadas à prática social da sociedade civil. Dessa forma, afirma Carnoy (1990, p.26):

Ao elevar a hegemonia a um lugar predominante na ciência política, Gramsci enfatizou, muito mais do que os autores anteriores, o papel da superestrutura na perpetuação das classes e na restrição ao desenvolvimento da consciência de classe.

3

Há evidente afastamento das idéias marxistas tradicionais (sobre essa diferença ver BOBBIO, N. **O conceito de sociedade civil**. Rio de Janeiro: Grall, 1982). A sociedade civil não é vista de forma estreita. "O Estado, conseqüentemente, como um instrumento da dominação burguesa (como parte da sociedade civil) deve ser envolvido na luta pela consciência" (CARNOY, 1990, p.27).

Enfatizando grandemente a relação dialética entre base e superestrutura, Gramsci mostra que tão (ou até mesmo mais) importante quanto o controle dos processos de produção, é o controle da consciência do homem. A arena de combate por excelência, então é o pensamento, onde lutam a hegemonia da classe dominante e a contra-hegemonia da classe dominada. E nessa luta pela consciência é que há o espaço para a mudança.

Esse enfrentamento pode ser entendido em etapas. Primeiramente através do que Gramsci vai chamar de “Crise de hegemonia”, conceito extraído de Marx em *O 18 brumário* (CARNOY, 1990, p.28). Essas crises ocorrem como resultado da perda de credibilidade das elites em função de eventuais atos impopulares praticados, ou do aumento da militância comprometida das massas anteriormente alienadas e passivas. Nesses casos, torna-se ineficaz o uso dos aparelhos do Estado para se manter a hegemonia dominante.

Além da crise de hegemonia (ou crise geral do Estado), as mudanças também podem ocorrer através do que Gramsci vai chamar de “Guerra de Posição”. A idéia básica é cercar o Estado com valores ideológicos distintos dos da classe dominante (uma contra-hegemonia), através do desenvolvimento de instituições comprometidas com as lutas da classe trabalhadora. Assim, exercer o controle ideológico no meio social é pré-requisito fundamental para se conquistar o poder governamental.

Em decorrência desses conceitos, Gramsci não postulava por um ataque frontal ao Estado e às classes dominantes. Ao contrário, a preocupação central se dirigia para criar e estabelecer organizações dos trabalhadores que, por sua vez, iriam fomentar novas normas, crenças e valores sociais. Tal contra-hegemonia proletária confrontaria a burguesa em uma guerra de posições: de trincheiras. A metáfora remonta à primeira guerra mundial, onde o combate e a estratégia tinham a característica de pequenos avanços através da conquista gradativa de novas posições. A idéia, portanto, é a de também mover-se para diante e para trás, em uma luta ideológica pela consciência da classe trabalhadora, até que a nova superestrutura venha a cercar a antiga, incluindo o aparelho de Estado.

Dessa forma, o papel da escolarização formal no contexto da guerra de posições de Gramsci se liga intimamente à ação dos intelectuais orgânicos. Essa guerra requer o recrutamento sistemático de três tipos de combatentes: Os intelectuais tradicionais não contaminados e subservientes à ideologia burguesa, os intelectuais provenientes do proletariado, e os intelectuais orgânicos à classe popular.

O ponto central da estratégia educacional gramsciana, então, é a criação da contra-hegemonia fora da educação tradicional, e o uso dessa contra-hegemonia para o desenvolvimento de intelectuais orgânicos, a fim de mobilizar intelectuais burgueses desiludidos e aqueles intelectuais tradicionais da classe trabalhadora que se separaram de suas origens de classe. Tal contra-hegemonia deve também contribuir para a resistência da juventude trabalhadora ao uso das escolas como centros de manutenção e extensão da dominação burguesa (CARNOY, 1990).

Considerações sobre a Educação Tecnológica

Conforme considerado, para a concepção dialética da realidade, a contradição deve se tornar princípio explicativo do real. Assim, essa análise permitirá que o homem descubra as contradições existentes no real. Pela reflexão, a natureza dialética do real encontra, na consciência de tal

contradição, sua expressão subjetiva, e também novas possibilidades de interferências no real.

Em suma, a dialética como análise de conjuntura que queira ler o real deve se apoiar num modo de ver o mundo. Nessa perspectiva, a contradição se torna tanto realidade quanto expressão dessa realidade. Porque, na análise Gramsciana, é necessário detectar as contradições e interpretá-las em função da necessidade de sua superação.

Na conclusão de toda essa análise, surge, então, o desafio de se repensar o contexto da educação tecnológica frente às demandas da subjetividade e as realidades de saúde e trabalho, segundo o enfoque da releitura gramsciana. Assim, conforme delimitação deste artigo, que se fixou especificamente nos conceitos de Contradição, Filosofia da Práxis, Intelectual Orgânico e Guerra de Posição, é possível apontar algumas questões.

A primeira delas diz respeito à necessidade de se buscar a contradição como o princípio explicativo do real, como modo de ver o mundo. Até porque é necessário detectar as contradições e interpretá-las em função da necessidade de sua superação. Assim, é preciso desenvolver uma análise que permita descobrir as contradições existentes no âmbito da educação tecnológica e suas interfaces com as questões relativas à saúde dos trabalhadores. A imbricação de fatores ligados à demanda por trabalhadores qualificados face à precarização dos agentes envolvidos nesse processo de formação, aliás, pode ser indicadora de uma contradição que se torna tanto realidade, quanto expressão dessa realidade.

A segunda questão a ser levantada implica o abandono da educação idealizada. Sobretudo porque existe a necessidade de se conceber o homem — na perspectiva da filosofia da práxis — como resultante de um processo a partir do contexto de sua concreticidade, do conjunto das relações humanas que determinam as condições dos atos humanos, da práxis humana. Tal modo de se encarar a dimensão humana exclui o homem idealizado, que não possui vínculos estreitos com a vida de hoje. Esse homem real, portanto, mantém uma mútua interação com os demais de forma orgânica, na medida em que passa a fazer parte de organismos sociais, dos mais simples aos mais complexos.

É preciso também perceber que a tarefa de homogeneizar a classe e levá-la à consciência histórica (transformar uma classe em-si, em uma classe para-si) cabe ao intelectual orgânico, sendo indispensável a reformulação da estrutura do ensino.

Políticas públicas de ação afirmativa no escopo da educação tecnológica não prescindem da formação de intelectuais orgânicos que singularizem o sentido do desenvolvimento produtivo e social.

Uma última questão, ainda fundamental, é a parceria com organizações comprometidas com a crítica social. Tais organismos receberiam a orientação de fomentar novas normas, crenças e valores sociais. Afinal, o ponto chave da estratégia educacional gramsciana é a criação da contra-hegemonia fora das escolas do Estado, para o desenvolvimento de intelectuais orgânicos ligados à classe trabalhadora. Nessa direção, convém pensar uma educação tecnológica articulada com os movimentos dos trabalhadores na luta por saúde.

Gramsci, intelectual orgânico, contribui para pensar uma educação tecnológica voltada a compreender e formar a consciência crítica no contexto das relações saúde e trabalho. Quando se pensa, por exemplo, a formação de técnicos de segurança do trabalho no Brasil, as contradições do real e as relações sociais de produção tendem a ficar em segundo plano nos conteúdos programáticos, em detrimento de uma prática educativa voltada para instrumentalizar e transmitir técnicas e medidas preventivas preconizadas em legislação trabalhista.

Ocorre que o mero cumprimento das legislações de segurança serve mais como meio de assegurar aos empregadores a regularidade no que tange às normas de segurança que como estratégia para salvaguardar a saúde dos trabalhadores. Justifica-se, portanto, a necessidade de maior aproximação entre o campo da educação tecnológica e o campo da saúde do trabalhador, voltado a compreender e intervir na relação saúde-trabalho por meio de análises criteriosas do processo de trabalho para transformar as realidades propondo melhorias para a classe trabalhadora. Para a análise do processo parte-se do pressuposto de sua conformação histórica e social, trazendo a classe trabalhadora como sujeito protagonista das ações, conforme pressupostos do pensamento Gramsciano, e não objeto passivo a ser protegido por normativas.

Considerando as condições de trabalho no Brasil, os altos índices de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais, a precarização do trabalho e os sofrimentos psicossociais dos trabalhadores na atualidade, uma educação tecnológica à luz das perspectivas de Gramsci, pode se colocar como ferramenta fundamental para transformação da realidade da classe trabalhadora.

Sobre o artigo

Recebido: 05/05/2013

Aceito: 14/06/2013

Referências bibliográficas

- ALONSO, A. C (Org.). **La salud no se vende ni se delega, se defiende. El modelo obrero**. Madrid: Fundación Sindical de Estudios y Comisiones Obreras de Madrid. Ediciones GPS, 2007.
- BOBBIO, N. **O conceito de sociedade civil**. Rio de Janeiro: Grall, 1982.
- CARNOY, M. **Educação, Economia e Estado - Base e Superestrutura, relações e mediações**. São Paulo: Cortez & Autores Associados, 1990.
- COREICHA, L. S. **Gramsci, Trabalho e Educação**. In: Seminário Internacional Gramsci e os Movimentos Populares, 2010, Niterói. Anais do Seminário Internacional Gramsci e os Movimentos Populares. Niterói: Nufipe-UFF, 2010. p. 1-8.
- CURY, C. R. J. **Educação e Contradição: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo**. São Paulo: Cortez, 1985.
- GRAMSCI, A. **Concepção Dialética da História**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1966.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Vol. 2, 1971.
- GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a formação da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- KONDER, L. **As idéias socialistas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Moderna, 1995.
- KUENZER, A. Z. A questão do ensino médio no Brasil: A difícil superação da dualidade estrutural. In: MACHADO, L. R. S.; NEVES, M. A.; PINTO, A. M. R.

Trabalho e Educação. Campinas: Papirus, Cedes; São Paulo: Anped, 1992. p. 113-128.

LÖWY, M. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen.** 5 ed. São Paulo: Cortez, 1996.

MACHADO, L. R. S. **Politecnia, Escola Unitária e Trabalho.** São Paulo: Cortez & Autores Associados, 1989.

MONTAGNER, M. A. Sociologia médica, sociologia da saúde ou medicina social? Um esboço comparativo entre França e Brasil. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 193-210, 2008.

NOSELLA, P. Compromisso político e competência técnica: 20 anos depois. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 26, n. 90, p. 223-238, 2005.

OLIVEIRA, J. A. M. A ausência de ações politécnicas no ensino ministrado na ETFSE. **Revista Principia**, João Pessoa/PB, v. 01, n.02, p. 99-101, 1996.

PAIM, A. **História das idéias filosóficas no Brasil.** São Paulo: Editora Convívio, 1984.

PAIVA, M. J.; VASCONCELLOS, L.C.F. Modelo operário italiano – o surgimento do campo da saúde do trabalhador -. In: VASCONCELLOS, L.C.F. e OLIVEIRA, M. H. B. (Org.). **Saúde, Trabalho e Direito: Uma trajetória crítica e a crítica de uma trajetória.** Rio de Janeiro: Editora Cândido Mendes, 2011, p. 357-400.

PILETTI, C.; PILETTI, N. **Filosofia e História da Educação.** Rio de Janeiro: Ática, 1985.

PORTELLI, H. **Gramsci e a Questão Religiosa.** São Paulo: Paulinas, 1984.

RODRIGUES, J. S.; REIS, R. R. Nós os educadores que amávamos tanto a revolução. Origens, desenvolvimento e crise do GT Trabalho e Educação. **Revista HISTEDBR**, Campinas, On-line, v. 1, p. 170-191, 2011.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34. p. 152-165, 2007.

SAVIANI, D. Modo de produção e a pedagogia histórico-crítica. *Geminal: Marxismo e Educação em Debate*, Londrina, v. 1, n. 1, p. 110-116, 2009.

SOUZA, D. B. A superação do determinismo econômico nas análises sobre as inovações: Possíveis contribuições do aporte Gramsciano. **Boletim Técnico do Senac**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 12-19, 1997.

VILELA, R.A.G. **Desafios da vigilância e da prevenção de acidentes do trabalho: a experiência do programa de saúde do trabalhador de Piracicaba. Construindo prevenção e desvelando a impunidade.** 2002, 386f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas, Unicamp, Campinas: 2002.